

Linha temática: História e Dinâmica do Desenvolvimento

**MIGRAÇÕES ECONÔMICAS: CONCEITOS, APORTES TEÓRICOS,
MOTIVAÇÕES E IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS À LUZ DO
DESENVOLVIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE**

Roberto Rodolfo Georg Uebel¹

RESUMO: Com a ascensão da globalização e a busca incessante por melhores condições de vida e bem-estar social e econômico no sistema capitalista, a imigração ressurge no cenário internacional como opção e caminho para atingir tais objetivos para milhões de homens que migram para variados destinos – entre eles o Brasil – contudo, agora com finalidades explícitas e diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico da contemporaneidade. Destarte, este artigo busca apresentar os conceitos e aportes teóricos da ciência econômica que explicam e criam a base de interpretação das migrações econômicas no mundo contemporâneo visando os processos de desenvolvimento socioeconômico por meio de questões macroeconômicas e também de *insights* microeconômicos.

Palavras-chave: Migrações. Teoria Econômica. Desenvolvimento.

ABSTRACT: With the ascension of globalization and the incessant search of better conditions of life and social and economic welfare in the capitalist system, the immigration resurges in the international scene as an option and way to achieve these goals by millions of men that migrate to a great variety of destinations – Brazil is one of them – however, now with explicit finalities connected directly to the economic development of the Contemporaneity. Thus, this article wants to broach the concepts and theoretical approaches of economics that explain and create the basis of interpretation of economic migrations on the contemporary world aiming the processes of socioeconomic development throughout macroeconomic issues and also by microeconomic insights.

Keywords: Migrations. Economic Theory. Development.

JEL Classification: F22. F63. O15.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Introdução

Este artigo busca identificar, expor e contextualizar a imigração dentro da teoria econômica, evidenciando assim sua íncilta relação com a ciência econômica – uma relação de reciprocidade científica pouco explorada pelos *alumni* dessa ciência social aplicada.

A contribuição que se almeja é dada através dos diversos referenciais bibliográficos e científicos que permitem uma interpretação desde a abstração nata da sociologia, com a interpretação dos conceitos de migração e seus derivados (imigração, emigração e remigração), até a concretização dos efeitos migratórios na economia. Destarte, para a redação científica do presente exposto, essa compilação e arguição de referenciais serão realizadas em subcapítulos interconectados e interdependentes.

Assim como todo processo imigratório é oriundo e também gerador da diversidade cultural e de pensamento, a pluralidade de interpretações sobre um mesmo tema, ainda que discordantes em certos pontos, solidifica-o e torna-o cientificamente interpretável, o que se almeja com este trabalho.

Conceitos e tipologias

A cientista social Maria Beatriz da Rocha-Trindade, em sua obra *Sociologia das Migrações*, apresenta-nos os conceitos básicos de migração, realizando também uma interpretação sociológica sobre a distinção entre imigrantes e emigrantes:

À diferença de designações [imigrantes e emigrantes], atribuídas afinal aos mesmos indivíduos, correspondem também diferentes estatutos sociais: o emigrante é um nacional ausente, com perda pouco significativa de direitos no país de onde provém e, talvez até, uma certa diminuição dos deveres e obrigações inerentes à sua qualidade de cidadão. Em contrapartida, como imigrante, é um estrangeiro vindo de fora, encontrando uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá de inserir-se, sujeitando-se às leis que a administram. (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 31).

Nota-se com a interpretação sociológica da autora um viés jurídico sobre a situação dos cidadãos que migram internacionalmente. Emigrar significa, portanto, deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em um país distinto; os protagonistas dessa ação são designados, por quem os considere como ausentes e enquanto essa situação se mantiver, como emigrantes.

Do outro lado do itinerário espacial da emigração, no destino que foi encarado como objetivo e alvo da decisão de partir, a visão e as perspectivas são diferentes, embora

complementares. Os mesmos protagonistas são agora encarados como aqueles que chegam do exterior e, por parte de quem os sabe chegados, serão considerados como imigrantes. Além dos elementos humanos individuais, estão em causa duas realidades cuja consideração, em paralelo ou em contraposição, se torna indispensável: o país de origem e o país de destino, também chamado de país de acolhimento, país receptor ou país de residência.

As migrações sempre existiram, enquanto deslocamento dos povos, desde o início da civilização. Findado o período medieval, o avanço do capitalismo gerou a mobilidade do trabalho (questão socioeconômica), ou seja, retirou os instrumentos de produção de grande parte dos trabalhadores, obrigando-os a migrar para sobreviverem; note-se aqui que a causa econômica e territorial é a motivação primeira para a ação de migrar.

Um viés interpretativo diferenciado daquele estabelecido por Rocha-Trindade é fornecido por Zamberlam et al. na seguinte afirmação:

[...] a migração mundial é o “novo rosto da questão social”. Muitos migrantes vivem em condições de exclusão: sem documentos, educação, sem direito à reivindicação, ao trabalho, à saúde, enfim, sem cidadania. As tensões surgidas no mundo levam a considerar a realidade migratória como o ambiente mais propício para se esconderem “subversivos”. (ZAMBERLAM et al., 2009, p. 13-14).

A ligação dessa citação com o restante deste trabalho é fundamental, ao declarar que a migração influi diretamente no meio ambiente em que se processa; a questão ambiental de impacto migratório surge juntamente com o nascimento da economia moderna, o que se corrobora na visão de Patarra:

Os movimentos migratórios internacionais reassumem, sobretudo no final dos anos 80, importância crescente no cenário mundial. Cenário este que, a par das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas em curso, se tem caracterizado por desigualdades regionais acentuadas e pela manifestação crescente de conflitos diversos mas ainda, principalmente, pela constituição de mercados integrados como NAFTA, EU, MERCOSUL e outros. (PATARRA, 1995, p. 7).

De forma entrelaçada, migração, impacto territorial mundial e economia nascem e evoluem a partir dos séculos XVIII e XIX, conforme se abordará no subcapítulo a seguir.

Motivações econômicas do processo migratório

Deixar o seu próprio país – usando-se a terminologia correta de território – por longo tempo ou até mesmo por período indeterminado representa, em geral, uma experiência

desafiadora e frequentemente traumática (ROCHA-TRINDADE, 1995) que afeta, nas palavras de Rocha-Trindade (1995), não só o emigrante, mas toda a sua família e, em um nível mais amplo, a sua cidade, região e, por fim, seu país. Ao longo deste trabalho discorrer-se-á sobre os efeitos diretos nos países emissores de migrantes, posto que a migração incorre não só em mudanças populacionais e censitárias, mas também, em maior ou menor grau, em questões sociais, políticas, econômicas e culturais.

Entende-se que, dentre as diversas motivações que durante séculos levaram povos a migrar para outros locais, a mais comum seja de raiz predominantemente econômica, a qual afeta os países mais pobres ou menos desenvolvidos e as classes sociais mais desfavorecidas.

Zamberlam et al. apontam e explicam os principais motivos na esfera de influência econômica que levam à migração e que afetaram os trabalhadores, ora excluindo-os, ora atraindo-os:

[...] a partir da década de 1980 o capital começa a conquistar novos mercados e a introduzir novas matérias primas através de blocos econômicos. Impõe privatizações, fusões de mega-empresas, movimentação eletrônica do dinheiro sob a forma especulativa, globalização do consumismo, restrição aos direitos trabalhistas, terceirização no processo produtivo. (ZAMBERLAM et al., 2009, p. 15).

Segundo o autor, conforme essa interpretação, atualmente existe um fenômeno intitulado de “circularidade”, presente nas migrações econômicas: trabalhadores desempregados, da economia informal e os excluídos que, pressionados pela falta de perspectivas, buscam trabalho e condições de bem-estar mínimo onde potencialmente essas possam lhes ser fornecidas:

É um exército em contínuo movimento que inclui trabalhadores rurais (êxodo rural) e urbanos que vão para as cidades médias e regiões metropolitanas; para frentes de trabalho rurais (colheitas, de cana, grãos, frutas, fumo) ou nas construções (barragens, rodovias, hidrelétricas, portos, obras civis...); organizam-se em movimentos para ocupação de terras com vista a serem assentados: são migrações de fronteiras e migrações de retorno [com profunda motivação econômica e financeira]. (ZAMBERLAM et al., 2009, p. 18).

Uma das características mais marcantes da história do capitalismo tem sido a intensa mobilidade espacial da população. Dentro de cada país, as cidades transformaram-se em lócus hegemônico da acumulação de capital, acelerando o processo de urbanização, fruto não só do crescimento vegetativo da população, mas principalmente das migrações internas oriundas do

campo; como afirma Brito (1995, p. 53), “não houve economia e sociedade que se desenvolvessem sem que houvesse uma intensa mobilidade espacial da população”.

Todavia, essas migrações de ordem econômica também ocorrem entre os diferentes países, o que constitui outro traço do desenvolvimento do capitalismo, dado que este se desenvolve de forma distinta entre os países. A história recente não poderia ser bem entendida se não fosse considerada a interação entre os países através das suas populações. A própria identidade de muitos deles, a sua constituição como nação, foi um produto do movimento internacional de diferentes povos, o que se arguirá com maior atenção no próximo subcapítulo.

Ainda com base no artigo de Brito (1995), observa-se que o apogeu da questão motivacional economia-migração deu-se na segunda metade do século XIX, quando as emigrações europeias tornaram-se mais relevantes. As causas estavam nas profundas mudanças pelas quais o capitalismo industrial passava, considerando-se a Segunda Revolução Industrial, um período marcado pela intensa industrialização dos países europeus e pela disputa entre eles por novos mercados consumidores e fontes de matéria-prima, originando crise econômica e instabilidade política. Nesse contexto, a migração apresentou-se como uma solução para muitas pessoas excluídas do processo de geração de capital proporcionado pela Revolução Industrial, provando-se na citação de Brito com base em Hobsbawm:

Estima-se que, entre 1850 e 1914, aproximadamente 30 milhões de pessoas emigraram da Europa para a América, principalmente, para os Estados Unidos, Brasil e os países da Bacia do Prata. Até aquele período, este foi o maior movimento migratório internacional da história dos povos. Entre 1846 e 1875, 9 milhões de pessoas, quatro vezes a população de Londres, deixaram a Europa. [...] Calcula-se que, na década de 80 do século XIX, 700 a 800 mil europeus emigraram por ano e, na década seguinte, 1 a 1,4 milhões, por ano. (HOBSBAWN, 1977 *apud* BRITO, 1995, p. 55).

Contudo, tanto a crise econômica quanto a instabilidade política foram apenas aceleradores do movimento das migrações internacionais, que tiveram suas raízes fundamentalmente na reestruturação produtiva do capitalismo – que potencializou o excedente demográfico europeu – e na inédita integração do planeta, fortalecida pelo feérico progresso técnico nos transportes de curta e longa distância, o qual, juntamente com a integração econômica internacional, permitiu uma internacionalização do mercado de trabalho.

Aos imigrantes, segundo Brito (1995), era reservado, prioritariamente, um espaço secundário do mercado de trabalho, em que prevaleciam as ocupações menos valorizadas por uma população coberta por eficientes programas de seguridade social e por poderosas organizações sindicais.

Mercados de trabalho competitivos e seletivos, nacionalismo e preconceitos étnicos redefiniram esse cenário e o significado das migrações internacionais para os países desenvolvidos. Se até a década de 1970 essas migrações eram necessárias economicamente e aceitas socialmente, passaram a se constituir, no limiar da década seguinte, competitivas com a população nacional no mercado de trabalho e objeto de discriminação social e legal, modificando-se as motivações econômicas da migração.

Para tornar mais complexo o cenário atual das migrações internacionais, ao contrário do que se observava na Segunda Revolução Industrial, os fluxos migratórios que se intensificaram estão ocorrendo no sentido da periferia para o centro do capitalismo ou dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos, visto que as condições sociais, econômicas e demográficas dos países mais pobres estão longe de exercer a mesma atração de um século atrás (BRITO, 1995).

O fato é que processo migratório com motivações econômicas era e ainda é seletivo, segundo Brito (1995): uma grande parte dos imigrantes não conseguia sucesso nessa mobilidade e só restava a eles o retorno às origens ou o itinerário de milhões de migrantes – migrar de cidade em cidade ou de região em região, como nômades sociais.

A professora Bilac, através da obra de Patarra (BILAC, 1995 apud PATARRA, 1995), contribui também com essa interpretação sócio-economicista dos motivos que levam ao ato de migrar. Para ela, ao lado dessas reflexões macroestruturais, as alterações na composição dos fluxos migratórios conduziram também à reformulação dos modelos baseados na ideia de sistemas migratórios e centrados na análise dos vínculos que se estabelecem entre os territórios de origem e os territórios receptores, pelo fluxo e contrafluxo de pessoas, além dos vínculos econômicos e políticos. A formação de redes interpessoais e familiares entre esses territórios constitui um desses vínculos.

Para autores como Bilac e Patarra, as alterações recentes nos fluxos migratórios e suas implicações macroeconômicas também representam a maturidade das correntes migratórias estimuladas pelas redes sociais baseadas nos laços domésticos. Assim, ligando-se migrantes e não migrantes em um complexo arranjo de relações sociais e culturais, tais arranjos conduzem

informação, assistência social e financeira e modelam as causas da migração – desde a não migração, a imigração, a migração de retorno (remigração) e a continuidade dos fluxos migratórios.

Implicações econômicas e socioculturais dos processos migratórios

Descritas as motivações econômicas básicas que levam ao indivíduo a tomar a decisão de migrar para outro território, o presente subcapítulo insere-se na abordagem das implicações sociais, econômicas e territoriais decorrentes dessa decisão. Assim, enquanto a parte anterior deste artigo procurou descrever os fundamentos teóricos e conceptuais dos vários modos de encarar e de explicar os movimentos migratórios, a parte que se segue situa os migrantes já instalados no país receptor e descreve o modo como as suas relações com o meio social envolvente se processam, de um ponto de vista teórico e conceptual, fazendo assim uma analogia dessas teorias com o observado empiricamente no Brasil e suas áreas de imigração europeia.

É sabido, *exempli gratia*, através da empiria que os movimentos migratórios teuto-italianos foram determinantes na formação econômica e cultural dos países do Prata e do Sul do Brasil, tendo características ímpares que não são observadas onde a migração europeia não ocorrera. Diégues Júnior confirma essa asserção escrevendo que:

Nos Estados do Sul, porém, a presença dos elementos alienígenas teve uma influência especial, imprimindo um sentido diferente à paisagem regional. Alemães, poloneses e italianos marcaram com seus valores culturais a formação de toda essa área. [...] Essa influência podemos verificar que se inicia com a participação intensa dos grupos alienígenas no povoamento das três Unidas sulinas: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que muito devem, no seu desenvolvimento demográfico, à contribuição desses grupos. (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 110).

Disso não resulta, entretanto, que a cultura nativa que se observou em território brasileiro até o começo do século XX, e que deixa traços na sociedade contemporânea, se tivesse deixado esmagar. Pelo contrário: a cultura luso-brasileira das populações vizinhas dos centros coloniais estrangeiros também influiu na quebra ou desaparecimento da completa unidade cultural desses grupos. É o que, *de facto*, se observa no caso dos imigrantes – alemães, ou italianos, ou espanhóis, ou mesmo japoneses – que aceitaram, ou vêm aceitando na sua descendência, valores culturais lusitanos ou já brasileiros, sobretudo aqueles que eram

exigidos mais imediatamente pelo próprio processo de adaptação ao novo ambiente, tanto física como social.

Segundo Diégues Júnior, o processo imigratório configura uma especialização natural do território que recebera imigrantes dos grupos nacionais não tradicionais, ou seja, não lusitanos e neerlandeses, ocorrida essencialmente através de um meio – o trabalho –, conforme descrito pelo autor:

[...] os grupos pioneiros modificaram [a paisagem regional] com o trabalho de desbravamento e penetração; mas também sobre a paisagem cultural pela incorporação de elementos próprios, muitos dos quais se tornaram integrantes do novo quadro cultural, contribuindo assim para enriquecer, na pluralidade de aspectos que hoje apresenta, o padrão cultural luso-brasileiro. (DIÉGUES JÚNIOR, 1964, p. 109).

Contudo, no campo econômico, o desenvolvimento de um parque industrial baseado no progresso normal do trabalho do artesanato se apresenta como a mais expressiva contribuição do imigrante (DIÉGUES JÚNIOR, 1964). Os artesãos europeus tiveram a oportunidade de converter suas oficinas em estabelecimentos industriais. Grandes fábricas hoje, em diferentes setores da indústria, tiveram sua origem no artesanato rural.

Assinala-se assim o imigrante estrangeiro chegado ao Brasil como o responsável pela inclusão de uma série de elementos culturais novos que se difundiram e se incorporaram aos elementos nacionais. Não se trata somente de uma transcendência sociológica, mas também de especificidades culturais, costumes, hábitos e ideias que se transmitiram entre os grupos migrantes e a sociedade brasileira já estabelecida ao longo dos últimos dois séculos, o que, conforme aponta Diégues Júnior (1964), inclui o campo econômico.

Vale destacar, por sua repercussão particular, o papel exercido pela industrialização. Observa-se na leitura tanto dos autores clássicos como já na escrita de Diégues Júnior, verdadeiro desdobramento social da primitiva classe de colonos e de imigrantes artífices, que passavam de categoria, se transferindo primitivo ambiente rural – onde se estabeleceram as primeiras concentrações de colonos e imigrantes em território sul-brasileiro - para as vilas criadas ou acompanhavam o desenvolvimento da própria localidade. Com o crescimento das atividades industriais, surge uma classe operária nova, de que participavam os descendentes de imigrantes.

No primeiro quartel do século XX, à medida que a industrialização e a urbanização foram progredindo, acompanhadas por grandes afluxos de mão de obra imigrante (em sua

maioria europeia e asiática), as clivagens entre ricos e pobres, a diversidade étnica e a de estilos de vida acentuaram-se, colidindo com as concepções do luso-brasilianismo nas terras brasileiras. A opinião pública, conforme demonstra Rocha-Trindade (1995), respondeu ambivalentemente aos efeitos das vagas migratórias, reconciliando esses sentimentos, tendo por referente os mitos do progresso e a crença no poder da sociedade nacional em transformar os estrangeiros. Nessa acepção, aliada ao nacionalismo imposto pela ditadura getulista, os imigrantes (agora já em sua segunda e terceira geração de descendentes nascidos no Brasil) deveriam adotar valores e comportamentos conformes aos padrões da cultura nacional. Foi nessa sequência que emergiu inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente no Brasil a ideologia do *melting-pot*, estabelecendo um segundo modelo de relacionamento entre diferentes étnicos e raciais.

A ideologia do *melting-pot*, uma metáfora que traduz a ideia de uma fusão entre diferentes grupos étnicos, começou assim por ser a resposta de uma minoria à imigração transatlântica. Para o Brasil, essa ideologia seria superior e necessária ao pensamento getulista de unidade nacional, cultural e étnica, criando uma pseudo-sociedade brasilianista onde os imigrantes deveriam abandonar seus idiomas e costumes, a fim de formar a pátria Brasil. Enquanto filosofia, o *melting-pot* postulava, segundo Rocha-Trindade:

[...] a assimilação dos diferentes grupos de imigrantes na sociedade e defendia que estes deveriam abandonar as suas características específicas em benefício de uma cultura comum resultante da amálgama de várias nacionalidades. (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 94).

Logo, no caso brasileiro, os nacionais poderiam ser de origem alemã, espanhola, francesa ou qualquer outra, porém, eram acima de tudo o resultado da mistura elaborada a partir dos mais diversos contributos étnicos. Isso envolvia também o campo econômico até o fim da II Guerra Mundial na sociedade brasileira: o comércio deixava de ser uma especificidade de imigrantes judeus e árabes; as padarias deixavam de ser lusitanas; a partir de então tudo seria brasilianista, ou no sentido sociológico-econômico, brasileiro.

No que tange a questão da II Guerra Mundial, Paiva (2008) resume com clareza a situação de relação entre imigração e o conflito bélico que se instaurava no planeta:

O final da Segunda Guerra Mundial produziu um ambiente favorável para que a hegemonia estadunidense incidisse sobre a questão dos deslocamentos populacionais no plano global. Da gestão dos campos de refugiados na Alemanha, Áustria, Itália e

Grécia à inserção destes migrantes em várias regiões do planeta, encontramos a presença norte-americana em vários momentos desse processo. [...] A partir de 1947, a organização de campos de refugiados na Alemanha, Áustria e Itália - para a agregação de milhares de pessoas dispersas pelo continente europeu pós a Segunda Guerra Mundial - e a posterior inserção destas em diversos países, demonstrou quão complexas as formas da política internacional tenderiam a se constituir a partir da segunda metade do século XX. (PAIVA, 2008, p. 1-2).

Em meados da década de 1960, alguns acadêmicos, congêneres a ponderação de Trindade, chamaram a atenção para a persistência de desigualdades sociais fundadas no fator etnia, sendo a principal implicação econômica e social da imigração. Efetivamente e na prática, o direito à educação, à saúde, à habitação e ao trabalho não era acessível a todos os estratos da população; os níveis de rendimento, a esperança de vida e o nível de instrução variavam significativamente de grupo para grupo de imigrantes. Logo se confirmou que a raça e a religião constituíam fatores discriminatórios para determinados segmentos da população imigrante, nomeadamente para afro e hispano-americanos (ROCHA-TRINDADE, 1995).

No entanto, a forma como os autores encararam a questão do conflito – no que concerne de forma funcional para as relações institucionais mas não para os próprios grupos (imigrantes e população local) – e o fato de não terem conseguido encontrar uma explicação para a não assimilação dos grupos na sociedade, traduziram-se por um obstáculo à compreensão da natureza das relações de dominação e subordinação estabelecidas entre os grupos identificados, levantando dúvidas quanto à aplicabilidade do conceito de *cultura emergente* assimilada ao *melting-pot*.

Nesse ambiente cultural, político e social, a grandiosa tarefa da constituição do povo e da nacionalidade – entendida como agrupamento de indivíduos com a mesma origem ou pelo menos com uma história e tradições comuns –, verdadeiro processo de etnogênese cuja responsabilidade o Estado se autoatribuiu, vai ser concebida como um esforço para atender, simultaneamente, a três ordens de questões: a necessidade econômica (mão de obra); a necessidade eugênica; a necessidade nacional (construção de um povo nacionalmente unificado e integrado sob padrões culturais homogêneos).

O conceito de incorporação é de grande importância para que se complete o quadro a respeito da imagem construída sobre o imigrante/imigrado. A postulação da necessidade de assimilar, ou incorporar, conota a existência não apenas de uma diferença, conforme aponta Vainer (1995), mas também, e sobretudo, a presença de uma resistência do imigrado a integrar-se plenamente à nacionalidade.

Surgem nesse cenário os seguintes desafios aos migrantes na esfera econômica da migração: necessidade de assumir os serviços mais aviltantes; trabalho informal ou excesso de trabalho; falta de qualificação profissional para a maioria e, para outros, apesar de possuir qualificação no país de origem, a contingência de sujeitar-se a qualquer trabalho; remessas monetárias dos migrantes ao país de origem sujeitas a altas taxas de transferência; dificuldade de gerenciamento dos ganhos seja por carência de formação ou por indefinição do local de investimento; rotatividade no trabalho.

Ademais, o migrante, deixando sua terra, quebra sua rede originária de relações para reconstituí-la em outro lugar. É por esse motivo que, quando se desloca só ou com a família, intuitivamente busca lugares onde estejam seus compatriotas ou conhecidos. Inúmeros são os desafios da ordem social e cultural enfrentados pelo migrante, conforme pode se visualizado no quadro 1:

Desafios sociais
• Ruptura de raízes familiares
• Confronto com atitudes racistas de intolerância e xenofobia
• Acolhimento como força de trabalho e não como cidadão internacional
• Tratamento não como cidadão, mas como intruso
• Remuneração incompatível com seu trabalho ou com o fruto do seu trabalho
• Relativização pela sua diversidade
• Esforço para escapar das redes de exploração nas suas mais variadas espécies
• Feminilização das migrações contemporâneas
• Acusação de ser elemento de desequilíbrio nas remunerações legais por aceitar trabalho por qualquer preço
Desafios culturais
• Barreiras linguísticas e culturais do país receptor
• Dificuldade de inserção na cultura local
• Choque de gerações no contexto familiar
• Dificuldade de convivência com diferentes visões de mundo
• Aprendizagem do novo idioma sem o conhecimento das raízes culturais que o constituem
• Riqueza da cultura do migrante muitas vezes explorada folcloricamente nos países de emigração
• Desligamento da evolução da realidade sócio-econômico-político-cultural do país de origem

Quadro 1 – Desafios sociais e culturais enfrentados pelos migrantes – adaptado

Fonte: Zamberlam et al. (2009).

Claramente existem outros desafios a serem interpostos aos migrantes internacionais, principalmente, no que tange, *verbi gratia*, as esferas jurídicas e religiosas. Ao mesmo tempo em que os capitais e mercadorias têm livre circulação, os migrantes encontram barreiras cada vez mais intransponíveis. Assim, o processo de globalização revela-se excludente, assimétrico e paradoxal. A concentração da riqueza e da renda nos países centrais também condensa as oportunidades de trabalho, levando ao crescimento do fluxo dos países pobres em direção aos países ricos, ou seja, da Ásia, África, América Latina e Leste Europeu para Europa Central, Estados Unidos e Japão, consoante se observa em Zamberlam (2009).

Depreende-se, assim, que se deve incluir a participação do imigrante como um dos elementos propulsores das mudanças sociais e culturais ocorridas no Brasil e América Latina nos últimos dois séculos, as quais traduzem, em grande parte, as transformações que a sociedade brasileira em geral sentira, sem prejuízo da preservação e defesa de alguns dos valores essenciais de sua cultura original.

Os aportes teóricos da ciência econômica e a imigração

Suscitadas as implicações das migrações no contexto econômico e social do país emissor e receptor dos migrantes, este subcapítulo aborda a temática migratória na teoria econômica, ou, como intitula Rocha-Trindade (1995), a teoria econômica e os movimentos populacionais.

Da teoria de subgrupos até a econometria da mass migration

De acordo com Hatton e Williamson (1998), várias “teorias” foram criadas para explicar as regularidades empíricas dos processos migratórios no último século, incluindo perspectivas da economia, sociologia, demografia e geografia. Uma tipologia, segundo os autores, divide essas teorias em quatro grupos-base: a) mudanças estruturais e réplicas, enfatizando a modernização econômica e a transição demográfica; b) econômica, enfatizando os retornos relativos que incentivam a migração; c) inovação e difusão, apontando a difusão da informação através das redes sociais; e d) ecologia rural, mostrando a mudança na estrutura do cultivo da terra e nos métodos agrícolas. Apesar das divergências comumente encontradas na literatura econômica, essas “teorias” não são mutuamente excludentes: aceitar uma não necessariamente implica rejeitar as outras, segundo escrevem os dois economistas:

While our approach is essentially economic, it does not rule out other approaches. Indeed, noneconomic hypotheses are tested in this book, and the often survive, thus broadening and enriching an otherwise narrow, economic explanation. (HATTON; WILLIAMSON, 1998, p. 12-13).

Em um artigo pioneiro, publicado em 1961, Richard Easterlin examina a relação entre a emigração e o crescimento populacional na Europa. Segundo o autor, se a emigração fosse uma real solução para a população excedente, países com elevados índices de crescimento natural deveriam ter igualmente altos índices de emigração em relação àqueles que apresentassem baixos índices de crescimento natural (EASTERLIN, 1968). Por exemplo, comparando a média de emigração dos países entre 1861 e 1910 com taxas de crescimento natural defasados em vinte anos, Easterlin encontrou uma forte correlação positiva. Porém, a comparação das tendências de emigração nos países com as tendências de crescimento natural rendeu uma relação mais fraca.

As taxas brutas e líquidas de emigração usadas como variáveis dependentes são simples médias de decênios dos anuários estatísticos. A taxa de emigração é calculada como o número de emigrantes (bruto ou líquido) no ano dividido pela população do país no mesmo ano. O resultado é expresso em porcentagem. Todas as estimativas de emigração são baseadas em dados compilados nas estatísticas nacionais. A maioria das estimativas de imigração é derivada de estatísticas compiladas por cada um dos países emissores.

Parte da literatura recente sobre o tema tem se voltado para a contabilização dos movimentos temporais na emigração de um único país de origem ou receptor, embora alguns estudos examinem potenciais países de origem e alguns expliquem fluxos de um país para outros destinos. Muitos estudos lançaram mão de métodos econométricos para resolver as diferentes questões no trabalho de determinação de questões relativas ao declínio e fluxo da migração.

O modelo econométrico de emigração incorpora duas importantes características: a) explicitamente é incorporada a incerteza na decisão de migrar, e b) explicitamente (embora de forma simples) contabiliza a formação de expectativas sobre os retornos futuros baseados em informações passadas. Essas características possuem implicações diretas para os tamanhos relativos dos coeficientes de regressão para a estrutura dinâmica do modelo.

A probabilidade de migrar depende da diferença na utilidade esperada de viver no exterior (f) e em seu território de origem (h). Para um dado indivíduo, i , em dado ano, essa diferença pode ser escrita assim, conforme apresentam Hatton e Williamson (1998):

$$d_i = Eu(y_f) - Eu(y_h) + Z_i,$$

onde y é o retorno e Z_i é a diferença da utilidade não pecuniária individual entre duas localidades, que pode ser entendida como os custos da migração. Assume-se que a função de utilidade individual é côncava e, especificamente, é dada por $u(y) = \ln(y)$.

Os autores mostram nessa breve digressão que a decisão de migrar depende não apenas do valor corrente, mas também dos valores futuros e da utilidade esperada no seu território e no país que pretende residir.

A abordagem mercantilista e o populacionismo

As principais consequências da ampliação dos horizontes econômicos propiciada pelos descobrimentos marítimos do século XVI, apesar de apresentarem variantes de país para país, estiveram sempre associadas ao projeto de um Estado monárquico poderoso, capaz de se impor entre as nações europeias. Foi nesse cenário em que emergiu a doutrina mercantilista, tendo como ideias-base aquelas concebidas por Maquiavel.

Enquanto teoria da sociedade desenvolvida em torno de aspectos econômicos, o mercantilismo permitiu a conjugação da noção individualista de realização econômica com a noção coletiva de enriquecimento do Estado, legitimou política e socialmente a procura do lucro e contribuiu para estabelecer uma concepção solidária de interesses entre o poder político e os cidadãos.

Para obter uma produção suficiente, deviam ser utilizados hábil e eficazmente todos os recursos produtivos do país, em especial o fator trabalho. Toda nação forte precisava possuir uma grande população que fornecesse trabalhadores e soldados, e ao mesmo tempo o mercado correspondente. As possessões coloniais deveriam fornecer metais preciosos e matérias-primas para alimentar a manufatura nacional, ao mesmo tempo em que constituíam mercados consumidores dos produtos manufaturados da metrópole. Proibiam-se as atividades manufatureiras nas colônias, e o comércio, em regime de monopólio, era reservado à metrópole.

Nesse sentido, Rocha-Trindade (1995) aborda a defesa fundamentada do argumento populacionista, segundo o qual o crescimento demográfico era vantajoso para o Estado porque permitia manter os cidadãos ocupados na produção de bens, o que desenvolveria a indústria, o comércio e, por fim, as exportações. Todos esses fatores contribuiriam para

aumentar os lucros da nação. Inversamente, se o aumento da população contribuía para a prosperidade dos negócios, o desenvolvimento do Estado também favorecia o crescimento da população, contribuindo para aumentar o seu poder, conforme Suprinyak complementa em seu artigo:

A disseminação da economia monetária turva os processos de troca e cria uma espécie de fetiche pela moeda. Combinada com a necessidade de ocupar produtivamente uma população crescente, esta ilusão monetária enseja a criação de todo um aparato político protecionista que visa incentivar exportações e restringir importações - em outras palavras, criar saldo comercial favorável. (SUPRINYAK, 2009).

De uma forma genérica, o pensamento mercantilista considerava a emigração prejudicial ao crescimento econômico, pois a saída de mão de obra encareceria o trabalho e a atividade laboral, levando ao aumento dos salários e ao agravamento dos preços das manufaturas. Segunda a autora: "A emigração para as colônias deveria, portanto, ser controlada de modo a não por em causa a base populacional das metrópoles, maximizando igualmente as oportunidades de emprego." (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 64).

Quiçá esse argumento explique o porquê da colonização portuguesa em terras brasileiras ter sido tardia após o descobrimento dessas terras. A necessidade de mão de obra no continente europeu mostrava-se muito maior e urgia por uma população laboral ativa. A tese da estabilidade populacional, do ponto de vista do contexto histórico-econômico em que emergiu, traduzia as necessidades de afirmação dos Estados europeus confrontados com a expansão colonial, com a utilização intensiva do trabalho, e com o peso da máquina de guerra, tornando ao mesmo tempo evidente que a população era um bem escasso (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Economia clássica e a abordagem das migrações

A doutrina liberal, na cunhagem dada por Rocha-Trindade (1995), que aqui se interpreta como clássica, do ponto de vista da história do pensamento econômico, contrapondo-se à mercantil, removeu as barreiras impostas pelos Estados ao movimento de bens, capitais e populações. Baseando-se nos princípios definidos por Adam Smith na obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, a teoria liberal do crescimento econômico partia do princípio de que os capitais se formavam na agricultura e deveriam ser investidos, primeiro, na atividade agrícola, depois nas manufaturas e, quando a

indústria se encontrava saturada de capitais, no comércio externo. Os mercados externos, equiparados nesse caso às colônias, eram, por isso, considerados secundários no processo de crescimento, embora fossem importantes na sua fase final: a do excedente de capitais.

Nesse domínio específico, Smith foi responsável pela introdução de um novo conceito – o de capital humano – que viria a ser mais tarde desenvolvido por teóricos inspirados pela tradição neoclássica. Outros clássicos do século XIX, entre os quais Stuart Mill, contrariamente ao que postulavam os teóricos do mercantilismo, defendiam que a emigração para as colônias era vantajosa para a economia das metrópoles, pois, além de constituir um mercado para as manufaturas nacionais e promover o investimento estrangeiro, permitia o alívio das pressões provocadas pela sobrepopulação.

Para Mill (1873, apud ROCHA-TRINDADE, 1995), o Estado deveria intervir na emigração às colônias, fundamentalmente para garantir que os emigrantes se mantivessem trabalhadores assalariados afastados da posse da terra. Já na perspectiva de Thomas Malthus, polêmico teórico das teorias de crescimento progressivo aritmético e geométrico, o recurso à emigração constituía um expediente temporário que permitia “aliviar” a pressão demográfica, sem contudo ser o mecanismo essencial de contenção populacional. A única forma de procurar um equilíbrio entre população e subsistência seria através da imposição de limitações, nomeadamente a castidade no celibato, a limitação do número de casamentos e a restrição dos nascimentos dentro do casamento.

Dessa forma, as perspectivas liberais que mantinham conceitualmente separadas as teorias do comércio das teorias das migrações internacionais foram progressivamente confrontadas, no longo prazo, com as consequências econômicas do livre câmbio sobre a divisão internacional do trabalho. Assim, os processos de crescimento populacional, êxodo rural e urbanização que tinham conduzido Malthus a conceituar as migrações como um dos meios de atenuar a pressão demográfica foram criticado por Karl Marx, que chamou a atenção para o fato de a pobreza e a miséria dos trabalhadores resultarem não do crescimento populacional *per se*, mas das contradições peculiares ao desenvolvimento do capitalismo.

Modelagem micro e macroeconômica e migração

Sob a influência da teoria econômica clássica, os modelos de atração-repulsão sobre o comportamento migratório relacionam-se intimamente com as teorias do mercado de trabalho, as quais, baseadas nas proposições teóricas do modelo de equilíbrio, estão orientadas para a

análise do comportamento economicista que ocorre num determinado contexto de mercado, referindo-se principalmente às escolhas individuais dos atores sociais.

Na sua forma inicial, a perspectiva de equilíbrio equaciona os movimentos populacionais com a mobilidade geográfica dos trabalhadores em resposta aos desequilíbrios na distribuição dos fatores terra, trabalho, capital e recursos humanos. Os processos migratórios, segundo a perspectiva apontada por Rocha-Trindade (1995), encontram-se assim intimamente ligados à distribuição desigual dos fatores de produção. Esse viés afeta a direção e a magnitude dos caudais migratórios: o trabalho desloca-se, quando estamos em presença de uma situação caracterizada por escassez de capital, abundância de oferta de trabalho e, implicitamente, baixos salários, para outros locais em que o capital e as remunerações são elevados, mas onde o trabalho torna-se escasso. Pressupõe assim Rocha-Trindade que “[...] os trabalhadores procurem as oportunidades de emprego que lhes proporcionem a maior retribuição.” (ROCHA-TRINDADE, 1995, p. 76).

Por conseguinte, as correntes migratórias são o resultado cumulativo das decisões individuais embasadas na avaliação racional dos custos e benefícios implicados no movimento migratório. Segundo vários autores, o modelo de equilíbrio, ao basear-se na perspectiva neoclássica da economia, pode, por isso, ser interpretado como um caso especial da teoria microeconômica das escolhas do consumidor.

A ideia fundamental subjacente à *economia das migrações* é que, assim como para os bens existe um mercado internacional, também para os recursos humanos existe um “mercado de imigração”. Nesse mercado os indivíduos tomam as suas decisões ao escolherem, dentre as várias alternativas à sua disposição, aquele destino que maximiza o seu bem-estar, ou seja, são os atores que escolhem aquele país que lhes trará os maiores dividendos, incluindo os custos a suportar com a deslocação.

A produção teórica ligada à economia das migrações centra-se em três temas então inter-relacionados: a determinação do volume e da composição dos fluxos migratórios para um dado país; a adaptação dos emigrantes à economia do país de acolhimento; o impacto da imigração na economia do país de destino. A perspectiva de equilíbrio tem dominado a produção científica acerca das migrações; todavia, sob a mesma égide conceitual têm sido identificadas várias teorias, sendo frequente a redução da perspectiva de equilíbrio às teorias neoclássicas da escolha individual racional e, por sua vez, à equalização destas com os modelos microeconômicos.

Essa perspectiva deixa de lado o conjunto de constrangimentos com que um indivíduo se defronta por estar implicado numa dada formação histórica, fato que confere um significado particular ao resultado daquelas escolhas. Nesse aspecto particular, as perspectivas motivacionais da escolha individual refletem as dificuldades conceituais presentes no paradigma funcionalista, sobretudo no que concerne à intermediação das motivações individuais com as estruturas sociais. Em outras palavras, a compilação de causas de repulsão e atração constituem uma primeira aproximação ao questionamento sobre quem é que emigra; porém, segundo Rocha-Trindade (1995), essa enumeração não esclarece sobre os fatores estruturais subjacentes aos padrões migratórios observados no longo prazo, o que deixa à interpretação macroeconômica da migração a responsabilidade de responder a essa pergunta.

Partindo do mesmo conjunto de pressupostos, vários autores desenvolveram a teoria do mercado de trabalho incorporando alternativas explicativas aos mecanismos migratórios. Alguns autores, como Rocha-Trindade (1995) e Patarra (1995) consideram que os constrangimentos advindos no processo de decisão de emigrar são constituídos pelos recursos financeiros dos indivíduos, pelas regulamentações impostas pelos países que competem entre si no mercado de imigração e pelas leis da emigração nos países emissores de mão de obra.

Quanto às migrações internacionais, os fluxos migratórios são condicionados pelas restrições impostas pelos sistemas de controle à imigração (sendo estes quase inexistentes no Brasil, salvo a fiscalização da Polícia Federal); portanto, não basta existir uma força de trabalho disponível para o movimento migratório. Nesses casos os fluxos migratórios dependem diretamente da procura de trabalho imigrante. A perspectiva referida anteriormente aproxima-se, na visão macroeconômica e à luz da interpretação de Rocha-Trindade, das teorias do capital humano, ao fazer uso do modelo de Todaro² na análise dos fluxos de migrantes internacionais.

Conclusão

Observa-se assim que a migração, na busca por rendas mais elevadas, é um processo que incorre em custos e riscos. Nesse sentido, pode-se considerar que tal deslocamento

² A ideia que está subjacente ao modelo de Todaro, um tipo particular de teoria do capital humano, é que no processo de decisão os migrantes ponderam os ganhos líquidos que esperam vir a obter em função de um conjunto de fatores: a diferença de salários, os custos envolvidos no deslocamento, os encargos com a estadia e a possibilidade de enfrentar o desemprego num dado país. O modelo de Todaro considera que, na região de destino, observa-se um setor tradicional urbano e um setor moderno urbano, sendo que não necessariamente os migrantes conseguirão emprego no setor moderno.

constitui um investimento substantivo em capital humano. Os custos são suportados com vistas a se obter no futuro um retorno em termos de renda, superiores à renda na região de origem.

De acordo com Ehrenberg e Smith (apud CRISPIM, 2003), é bastante razoável esperarmos que a idade característica dos migrantes esteja entre vinte e vinte e cinco anos, ou seja, que estes ainda estejam nos seus primeiros anos de experiência no mercado de trabalho. Há dois motivos para justificar essa suposição. O primeiro deles é que, se estamos entendendo a migração como um investimento em capital humano, quanto maior o período associado ao investimento, maior será a soma dos benefícios auferidos. O segundo motivo relaciona-se à ideia de que os custos psicológicos para pessoas mais jovens são menores, pois estas não estariam sujeitas a uma perda de utilidade muito grande devido ao abandono da família, dos amigos e da comunidade, assim como não teriam grandes problemas com a adaptação.

A educação dos indivíduos também pode ser algo importante para determinar quais grupos que provavelmente mudariam. Admite-se que, quanto maior a escolaridade dos indivíduos, mais estes estarão aptos a atuarem nos mercados de trabalho regionais e nacionais. Segue-se, então, que os fluxos migratórios inter-regionais, principalmente para os grandes centros, caracterizam-se por um nível educacional superior àquele dos indivíduos da mesma faixa etária que ficaram na região de origem.

Destarte, as teorias do capital humano procuram responder à questão fundamental de saber o porquê de alguns indivíduos emigrarem para outros países enquanto outros não o fazem. Para os teóricos do capital humano, o mercado de imigração não opera ao acaso sobre as escolhas dos indivíduos; a seleção operada não é, portanto, aleatória. Supõe-se, entretanto, que essa seleção provoca um equilíbrio no mercado no âmbito da distribuição dos recursos. A questão do equilíbrio no mercado relaciona-se diretamente com o impacto econômico da imigração nos países receptores. Os adeptos dessa teoria argumentam que a interação dos imigrantes com a população autóctone no processo produtivo é complementar, adiantando que o impacto dos rendimentos dos imigrantes nas oportunidades de emprego e rendimentos da população nacional é muito pequeno.

Esse processo de investimento traduz-se pela acumulação de qualificações linguísticas, educação, formação profissional e mobilidade profissional. À medida que os dividendos do investimento em capital humano vão sendo realizados, os rendimentos dos imigrantes vão crescendo a um ritmo comparativamente superior ao dos nativos. O argumento final da teoria

do capital humano é que o perfil dos rendimentos por níveis de idades dos imigrantes tende a ser mais marcado que a relação observada para os nativos; de acordo com esse modelo (ROCHA-TRINDADE, 1995), o movimento internacional de trabalho conduz gradualmente à convergência dos níveis de crescimento econômico e de bem-estar social.

Böhning (apud ROCHA-TRINDADE, 1995), ao estudar os efeitos das migrações nas áreas receptoras e emissoras de recursos humanos, afirma que as migrações econômicas internacionais são determinadas, explícita ou implicitamente, pela procura de trabalhadores imigrantes, que é regulada pelos Estados e pelos governos centrais das economias desenvolvidas. Embora crítico dos modelos convencionais baseados na análise do custo-benefício da migração, o autor utiliza um quadro de referência a meio caminho entre a perspectiva da economia política clássica e contemporânea.

As necessidades de uma nação conjugam-se com as necessidades dos indivíduos na determinação dos fluxos migratórios. Desse modo, os migrantes consideram a migração como uma forma de resposta à satisfação de necessidades econômicas, sociais ou psicológicas. Consequentemente, um indivíduo torna-se um migrante potencial quando se faz notar uma oportunidade de satisfazer essas necessidades em outro território. Na realidade, então, o trabalho de Böhning reflete a utilização do modelo de atração-repulsão, não tanto para identificar desejos e ambições particulares, mas antes para aplicá-lo a determinadas características estruturais da economia. Nesse sentido, as migrações internacionais entre os países pobres e ricos contribuem, na generalidade imposta pelo autor, para acentuar as desigualdades em termos de abastecimento de bens, rendimentos e poder, o que influencia potencialmente no desenvolvimento socioeconômico global.

Referências Bibliográficas

BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. p. 53-66.

CRISPIM, Danilo Bijos. **Migração e seletividade**: principais modelos e contribuições. Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 36 p. Disponível em:

<http://vsites.unb.br/face/eco/peteco/dload/monos_012003/Danilo>. Acesso em: 23 ago. 2012.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. 373 p. (Sociedade e Educação).

EASTERLIN, Richard A. **Population, labor force, and long swings in economic growth : the American experience**. Nova Iorque, EUA: Columbia Univ. Press, 1968. Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/population-labor-force-and-long-swings-in-economic-growth-the-american-experience/oclc/256081634>>. Acesso em: 15 set. 2012.

HATTON, Timothy J.; WILLIAMSON, Jeffrey G. **The age of mass migration**: causes and economic impact. New York: Oxford University Press, 1998. 301 p.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações Internacionais Pós Segunda Guerra Mundial: A influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. São Paulo: ANPUH/SP – USP, 2008. p. 1 - 12. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Odair%20da%20Cruz%20paiva.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995. 200 p.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. 410 p.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século 17. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612009000300005>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

VAINER, Carlos B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide Lopes. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, 1995. cap. 2, p. 44.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Desafios das migrações**: buscando caminhos. Porto Alegre: Sólidus, 2009. 84 p.